

Brejão/PE, 09 de abril de 2025.

Ao Controle Interno da Prefeitura Municipal de Brejão/PE

Assunto: Solicitação de Parecer quanto à possibilidade de aditivo de valor no Contrato Administrativo nº 013/2025

Prezado Controlador,

Solicita-se a análise e emissão de parecer jurídico acerca da possibilidade de realização de aditivo de prazo, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

O contrato em questão é o:

- Contrato Administrativo nº 013/2025
- Objeto: Contratação de empresa especializada para a locação de veículos para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Brejão/PE.

Justificativa:

O aditivo de valor está sendo proposto com a finalidade de assegurar a continuidade do serviço essencial de transporte, considerando que, até o presente momento, a Administração ainda não conseguiu concluir o procedimento licitatório (na modalidade pregão) para contratação de nova empresa para o mesmo objeto.

Destacamos que a prestação do serviço não pode sofrer descontinuidade, tendo em vista sua importância para o funcionamento das atividades administrativas, logísticas e operacionais dos diversos setores da Prefeitura, especialmente em áreas como saúde, assistência social e educação.

Ressaltamos ainda que:


- O contrato atual está em plena vigência;
- Trata-se de medida excepcional e temporária, até a finalização da nova licitação já em fase preparatória.

Diante do exposto, solicitamos manifestação jurídica quanto à legalidade e viabilidade da medida proposta, especialmente:

- A possibilidade de realização de aditivo de prazo;
- A adequação da justificativa apresentada;
- Quaisquer orientações ou condições que devam constar no processo de aditamento.

Sem mais para o momento, renovamos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


José Ildon Tavares Bezerra Júnior
Agente de Contratação
Portaria nº 144



Parecer Jurídico (Aditamento)

CERTAME: LICITAÇÃO 016/2025.

MODALIDADE: DISPENSA 017/2025.

BASE LEGAL: LEI 14.133/2021.

FINALIDADE: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULO PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO/PE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS FUNDOS E SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME INFORMAÇÕES DESCRITAS NO EDITAL ANEXO.

OBJETO: PARECER (ADITIVO)

O setor de licitações do Município de Brejão, encaminhou a esta Assessoria Jurídica Especializada, o processo licitatório em epígrafe, **que** tem por finalidade a **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULO PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO/PE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS FUNDOS E SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME INFORMAÇÕES DESCRITAS NO EDITAL ANEXO”**, mediante licitação pública, na modalidade **DISPENSA**, para análise e emissão de **parecer jurídico pela possibilidade de aditivo contratual**.

A análise é simples não comporta delongas.

A regra geral da escolha de fornecedores para o poder público é a licitação, como se sabe.

No entanto, o ordenamento jurídico aplicado às licitações em geral já prevê hipóteses em que o procedimento licitatório é incompatível com os objetivos da administração, retirando seu caráter obrigatório sem que esta providência implique ilegalidade nas contratações que podem advir do procedimento de contratação direta.

De maneira simples, a realização de procedimento licitatório é a regra para a celebração de qualquer contratação feita pela administração pública.

Mas essa regra admite exceções, em hipóteses taxativas ou conceituais, em que a contratação direta se mostra o veículo mais eficiente para o atingimento da finalidade perseguida com a contratação.



De fato, como se sabe, a Lei Federal nº 14.133/2021 prevê expressamente o seguinte:

Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

VIII – nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança das pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso.

Em muitos casos, não se trata de uma recontração emergencial do particular por uma emergência fabricada, mas de situação em que a administração pública, apesar dos esforços perpetrados, não foi capaz de encerrar uma nova licitação antes do encerramento do contrato emergencial então vigente, criando-se uma situação que, caso não haja a prorrogação do contrato/recontração do mesmo particular e enquanto não celebrado um novo contrato, pode resultar na assunção, pela administração pública, da prestação direta do serviço — o que demandaria equipamentos e pessoal muitas vezes não disponíveis; na sua completa interrupção — aí, sim, causando prejuízo à administração e aos usuários do serviço público; ou, ainda, na necessidade de uma outra contratação emergencial, de outra empresa não preparada para a assunção dos serviços, principalmente dentro de um prazo tão curto (que ainda se mobilizaria para assumir o serviço por tão pouco tempo).

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que as empresas contratadas sem licitação nos casos de emergência ou calamidade pública podem ser recontraídas para a mesma situação se o novo contrato, somado ao anterior, não ultrapassar o prazo máximo de um ano.

O entendimento foi firmado no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6890.

Vale ressaltar que as condições iniciais que justificaram a situação emergencial devem estar preservadas, inclusive no que tange a valores e quantitativos.



Diante do exposto, pareço pela POSSIBILIDADE de aditamento da presente contratação emergencial nos moldes acima destacados e preservados.

Ressalte-se, ainda, que os critérios e a análise de mérito (oportunidade e conveniência do pedido) constituem análise técnica da parte solicitante, bem como a verificação das dotações orçamentárias e especificidade ou cumulação do objeto do procedimento licitatório, motivo pelo qual o presente opinativo cinge-se exclusivamente aos contornos jurídicos formais do caso em comento.

É o parecer, ausente de vinculação.

S.M.J.

Brejão/PE, 09 de abril de 2025.

RENATO CURVELO ADVOCACIA
Assessoria Jurídica Especializada
Renato Vasconcelos Curvelo
OAB /PE 19086



**RENATO
CURVELO**
ADVOCACIA



PRIMEIRO TERMO ADITIVO – AO CONTRATO Nº 013/2025

CONTRATANTES:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO - PMB
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS

CONTRATADA: I

INFINITY LOCAÇÕES E SERVIÇOS EPP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO/PE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS FUNDOS E SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Pelo presente instrumento de um lado como **CONTRATANTES, A PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO - PMB**, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 10.131.076/0001-00**, com sede na Praça Melquiades Bernardes, s/n - Centro, Brejão/PE, neste ato representado legalmente pelo Prefeito, o **Sr. SAULO HENRIQUE FLORENTINO DE BARROS**, inscrito no CPF/MF sob o nº 0**.1*5.***-8, e no RG sob o nº [REDACTED] domiciliado no município de Brejão/PE, **O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS**, inscrito no **CNPJ/MF sob o nº 11.230.311/0001-63**, com endereço na praça Melquiades Bernardo, s/n, Centro, Brejão/PE, neste ato representado legalmente pela Secretária Municipal de Saúde - Gestora do FMS, a **Sra. ANDREA DOS SANTOS CALADO RODRIGUES**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº ***.9*7.***-2*, residente e domiciliada no município de Brejão/PE, **O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME**, inscrito no **CNPJ/MF sob o nº 30.820.772/0001-30**, com endereço na Travessa Capitão Francisco Furtado, nº 100 – Centro, Brejão/PE, neste ato representado legalmente pela Secretária Municipal de Educação - Gestora do FME, a **Sra. LUANA BATISTA MARTINS DE BARROS**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº ***.7**.***-4*0, residente e domiciliada no município de Brejão/PE. e **O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS**, inscrito no **CNPJ/MF sob o nº 14.628.090/001-74**, com sede na Av. Bacharel Francisco Pereira Lopes, 315, Centro, Brejão/PE, neste ato representado legalmente pelo Secretário Municipal de Assistência Social - Gestor do FMAS, o **Sr. JERONIMO DE LIMA SILVA**, inscrito no CPF/MF sob o nº ***.8**.5*4-4*, residente e domiciliado no município de Brejão/PE e, como **CONTRATADA**, a Empresa: **INFINITY LOCAÇÕES E SERVIÇOS EPP**, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 41.001.216/0001-59**, com sede na Av. Coronel João Fernandes, nº 61, Sala nº 02, Centro, São João/PE. representante legal o **Sr. PEDRO FRANCISCO DE SOUSA NETO**, inscrito



no CPF sob o nº 1**.***.3*4-2* e RG sob o nº [REDACTED] no Processo de Licitação Realizado através de Dispensa de Licitação nº 007/2025, nos termos da Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores bem como sob as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO:

CLAUSULA I - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência deste contrato por igual período, considerando que o processo de pregão destinado à futura contratação encontra-se em fase de organização e será devidamente publicado.

A prorrogação tem por finalidade permitir que a Administração possa se estruturar de forma adequada, assegurando a continuidade dos serviços e o funcionamento regular e padronizado das atividades junto aos Fundos e Secretarias, sem prejuízo ao interesse público.

Ressalta-se que este termo aditivo poderá ser rescindido a qualquer tempo, conforme as disposições legais aplicáveis, caso a conclusão do processo licitatório ocorra antes do término do novo prazo de vigência, ou ainda por conveniência da Administração, observadas as cláusulas contratuais e os princípios que regem a Administração Pública.

JUSTIFICATIVA:

CLAUSULA II - Considerando o andamento do contrato nº 013/2025, firmado entre as partes citadas no bojo deste documento, cujo objeto é **A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO/PE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS FUNDOS E SECRETARIAS MUNICIPAIS**, verifica-se a necessidade de prorrogação do prazo de vigência/execução contratual.

Considerando a crescente demanda relacionada ao objeto em questão, e tendo em vista a complexidade e a necessidade de atendimento adequado aos requisitos técnicos e administrativos envolvidos, faz-se necessária a prorrogação do prazo inicialmente estabelecido.

Ressalta-se, ainda, que o processo de **Pregão** destinado à contratação do serviço está atualmente em fase de organização e tramitação interna, com os procedimentos preparatórios em andamento para posterior publicação do edital. Tal processo exige o cumprimento de etapas legais e administrativas que demandam tempo hábil para garantir a lisura, a ampla competitividade e a efetividade do certame.

Dessa forma, a prorrogação do prazo justifica-se como medida essencial para assegurar a regularidade dos trâmites legais e o atendimento eficiente à demanda existente, evitando prejuízos à administração pública e assegurando a melhor utilização dos recursos disponíveis.

DISPOSIÇÕES FINAIS:

CLAUSULA III - As demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original, ora aditado, que não foram expressamente alteradas por este instrumento, permanecem em pleno vigor.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas, a fim de que produza os efeitos jurídicos e legais cabíveis. As partes comprometem-se a cumprir fielmente todas as cláusulas e condições ora pactuadas.

Brejão-PE, 09 de abril de 2025

1 Praça Melquiades Bernardo, 1 - Centro | 55.325-000,

Brejão-PE




SAULO HENRIQUE FLORENTINO DE BARROS

Prefeito

CONTRATANTE


LUANA BATISTA MARTINS DE BARROS

Secretária Municipal de Educação

005/2025

Gestora do FME

CONTRATANTE


ANDREA DOS SANTOS CALADO RODRIGUES

Secretária Municipal de Saúde

003/2025

Gestora do FMS

CONTRATANTE


JERÔNIMO DE LIMA SILVA

Secretário Municipal de Assistência Social

009/2025

Gestor-FMAS

CONTRATANTE

PEDRO FRANCISCO DE SOUSA

NETO:12158231424

Assinado de forma digital
por PEDRO FRANCISCO DE
SOUSA NETO:12158231424
Dados: 2025.04.09 09:59:10
-03'00'

INFINITY LOCAÇÕES E SERVIÇOS EPP

CNPJ sob o nº 41.001.216/0001-59

Representante Legal o **Sr. PEDRO FRANCISCO DE SOUSA NETO**

CPF sob o nº 1**.***.3*4-2* e RG sob o [REDACTED]

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Assinatura:

CPF/MF nº:

Assinatura:

CPF/MF nº:

